



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

Nesta edição **14 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 2 de junho de 2011

<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> A PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAI E OS PREÇOS SOBEM.....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> GOVERNO DEFINE REGRAS PARA PRODUÇÃO DE TABLETS NO PAÍS .....	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> CHINA SEGUE EMERGENTES E DÁ SINAL DE DESAQUECIMENTO .....	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> Governo define regra para produção de tablets no país.....	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> Governo define regra para produção de tablets no país.....	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Fabricantes aguardam análise de projetos para iniciar montagem local .....	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> SAEM NORMAS PARA PRODUZIR TABLETS COM INCENTIVOS .....	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> ATIVIDADE DA INDÚSTRIA RECUA E CONFIRMA DESACELERAÇÃO GLOBAL .....	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Mais conteúdo nacional para os eletrônicos .....	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Solo da Amazônia retém gás-estufa.....	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>CORREIO BRAZILIENSE</b> Exigências para os tablets.....	12
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>CORREIO BRAZILIENSE</b> Nas entrelinhas :: Alon Feuerwerker .....	13
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>PORTAL BRASIL</b> Programa em biotecnologia na Amazônia seleciona pesquisadores até esta terça.....	14
VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>PORTAL A CRÍTICA</b> Compromisso assinado em defesa da Zona Franca de Manaus.....	15
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>A <u>PRODUÇÃO</u> INDUSTRIAL CAI E OS PREÇOS SOBEM</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O Estado de S.Paulo

A queda da produção industrial em abril - de 2,5%, em relação a março - provocou uma série de comentários. Industriais, por exemplo, reagiram ao custo do dinheiro, chegando a prever que o Comitê de Política Monetária (Copom) teria de deixar de elevar a taxa Selic até o fim do ano.

É preciso colocar o recuo da produção industrial no seu verdadeiro contexto, pois não é apenas um fator - o custo do dinheiro - que está na origem desse acontecimento.

No primeiro trimestre a produção industrial teve um crescimento bastante vigoroso - 3,3% -, que se traduziu por um aumento dos estoques. No período, a inflação elevada levou empresas e famílias a adiar suas compras no varejo, e a reação das empresas industriais foi reduzir a produção, deixando passar a forte alta dos preços das commodities.

Nada indica que a falta de crédito ou o seu custo tenham sido fatores importantes a levar as empresas a reduzir sua produção. De fato, em abril, segundo os dados divulgados pelo Banco Central, o saldo dos créditos da indústria cresceu 2,01%. O custo desses crédito caiu 0,3% para as pessoas jurídicas e, de fato, para essa categoria as concessões acumuladas no mês apresentaram recuo de 3,6% - mas não se sabe se isso se refere a empresas industriais.

Não há dúvida de que o setor teve de enfrentar alguma dificuldade com o fim do Programa de Sustentação de Investimentos do **BNDES**, no final de março, o que significou também o fim de juros subsidiados pelo banco oficial e o aumento do custo dos empréstimos. Em março, tinha havido um crescimento de 3,4% dos bens de capital, seguramente uma antecipação de necessidades para que fosse aproveitado o programa do **BNDES**. Assim, não é de estranhar a queda de 2,9% da produção de bens de capital em abril.

A queda de 10,1% dos bens de consumo duráveis é mais significativa: a indústria ficou sensível à queda da renda da mão de obra, em razão da inflação, e cedeu diante das importações a preços com os quais não pode competir. A desindustrialização está se acentuando, mas por enquanto não teve efeitos negativos sobre o nível de emprego.

Esse quadro autoriza a pensar que a indústria está apostando numa elevação das pressões inflacionárias nos próximos meses, quando os governos federal e estaduais se virem diante da necessidade de gastar mais em investimentos em infraestrutura e obras públicas. O setor também está se preparando para fazer frente aos reajustes salariais que aumentarão os custos de produção.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>GOVERNO DEFINE REGRAS PARA <u>PRODUÇÃO</u> DE TABLETS NO PAÍS</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Sandra Manfrini / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

O governo publicou ontem no Diário Oficial da União as regras do Processo Produtivo Básico (**PPB**) para a fabricação de tablets no Brasil. Uma portaria interministerial, assinada pelos **Ministérios** do **Desenvolvimento**, Indústria e **Comércio** Exterior e da Ciência e Tecnologia, estabelece os critérios a serem observados e os percentuais de conteúdo nacional exigidos para a fabricação dos tablets no País.

Conforme o ministro do **Desenvolvimento**, Fernando **Pimentel**, já havia antecipado ao Estado, as empresas estão liberadas temporariamente de utilizar alguns componentes nacionais na **produção** dos tablets, como baterias e gabinetes.

No caso de carregadores de baterias, somente será exigido que 50% delas sejam fabricadas no **Brasil** a partir de 2012. A partir de 2013, a exigência de conteúdo nacional para esse componente já passa a ser de 80%, segundo a portaria publicada hoje.

As telas de cristal líquido, plasma ou outras tecnologias estão dispensadas da montagem local até 31 de dezembro de 2013. Após essa data, será exigido que 50% das telas sejam nacionais.

A portaria também define o cronograma e exigência de conteúdo nacional para outros componentes. Os tablets produzidos no Brasil, por exemplo, já terão de ter 50% das placas mãe produzidas no País neste ano.

A exigência será de 80% em 2012, chegando a 95% em 2013.

Para as placas de comunicação que possibilitem acesso à rede de telefonia celular, a exigência de conteúdo nacional será de 20% a partir de 2013 e de 30% de 2014 em diante. Para as placas usadas para acesso à rede de comunicação sem fio, será exigido 50% de conteúdo nacional somente a partir de 2013, chegando a 80% em 2014.

O **PPB** exige que 20% dos componentes que atuem como função de memória sejam nacionais a partir de 2012; 30%, a partir de 2013; 50% de 2014 em diante.

Os tablets foram incluídos na chamada Lei do Bem no dia 23 de maio, com a publicação de uma Medida

Provisória que estendeu os benefícios fiscais da lei. Com isso, as alíquotas da contribuição para o PIS/Cofins foram reduzidas a zero.



VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
TÍTULO <b>CHINA SEGUE EMERGENTES E DÁ SINAL DE DESAQUECIMENTO</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Em mais um sinal da tendência de desaceleração econômica dos países emergentes, a **produção** industrial da China registrou o menor crescimento dos últimos nove meses.

Numa escala adotada por vários países e que vai de zero a cem, o crescimento industrial chinês foi de 52 pontos em maio, contra 52,9 pontos registrados em abril.

A China, que cresceu 10,3% em 2010, deve ter aumento de 9,5% do **PIB** neste ano pela previsão do Fundo Monetário Internacional.

A mesma tendência vem ocorrendo em países como Índia, **Brasil** e Turquia.

O **Brasil** deverá ter a mais forte desaceleração, com crescimento previsto de 4,5% (ante 7,4% em 2010). Já o **PIB** da Índia deve crescer 8,2% (contra 10,4% no ano passado).



VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
TÍTULO <b>Governo define regra para <u>produção</u> de tablets no país</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

DE BRASÍLIA - As empresas que quiserem fazer tablets no Brasil, utilizando benefícios fiscais, terão de usar, em 2012, pelo menos 50% dos componentes fabricados no país na **produção** de carregadores de baterias ou conversores.

Esse é um dos critérios definidos ontem pelo governo para estimular o setor e atrair capital estrangeiro.

Ontem, o **Ministério** do **Desenvolvimento** publicou o cronograma de fabricação desses componentes. Peças como baterias e gabinetes estão temporariamente dispensadas da obrigação de serem feitas no Brasil. Já as telas de cristal líquido, plasma ou outras tecnologias poderão ser **importadas** até o final de 2013.



VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
TÍTULO <b>Governo define regra para <u>produção</u> de tablets no país</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

DE BRASÍLIA - As empresas que quiserem fazer tablets no Brasil, utilizando benefícios fiscais, terão de usar, em 2012, pelo menos 50% dos componentes fabricados no país na **produção** de carregadores de baterias ou conversores.

Esse é um dos critérios definidos ontem pelo governo para estimular o setor e atrair capital estrangeiro.

Ontem, o **Ministério** do **Desenvolvimento** publicou o cronograma de fabricação desses componentes. Peças como baterias e gabinetes estão temporariamente dispensadas da obrigação de serem feitas no Brasil. Já as telas de cristal líquido, plasma ou outras tecnologias poderão ser **importadas** até o final de 2013.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Fabricantes aguardam análise de projetos para iniciar montagem local</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Gustavo Brigatto e Moacir Drska | De São Paulo

De um total de 16 empresas que manifestaram interesse em fabricar tablets no Brasil, três já estão aptas a começar suas atividades. São elas as brasileiras Digibras (braço de informática da CCE) e Gradiente, e a panamenha Greenworld. Todas tiveram projetos aprovados pela **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)** para produzir equipamentos na região. Procuradas, as companhias não quiseram falar sobre seus planos. As outras interessadas - um grupo que inclui Samsung, Motorola, MXT, Itautec e Positivo - precisam esperar a aprovação de seus projetos pelo **Ministério** da Ciência e Tecnologia (MCT) e pelo **Ministério** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**. Segundo a assessoria de imprensa do MCT, os pedidos da coreana Samsung e da brasileira MXT já foram encaminhados para análise do **MDIC**.

Benjamin Sicsú, vice-presidente de novos negócios da Samsung, diz acreditar que a aprovação do projeto da companhia pode ocorrer em cerca de 10 dias. "Com o projeto aprovado, começamos a produzir no dia seguinte", diz o executivo. Para conseguir isso, a Samsung fará uma adaptação no Galaxy Tab, tablet fabricado no país desde o ano passado usando incentivos fiscais para a **produção** de smartphones. De acordo com Sicsú, basta a companhia tirar as funções de telefone e **TV digital** do aparelho para enquadrá-lo nas novas regras do governo. Originalmente, o aparelho não tinha essas funções, que foram acrescentadas para que pudesse ser fabricado no país com algum incentivo fiscal.

A fabricação de tablets no **Brasil** seguirá regras que exigem o uso de componentes fabricados localmente em proporções que variam entre 20% e 95%, segundo o Processo Produtivo Básico (**PPB**) publicado ontem no Diário Oficial. As quantidades terão evoluções progressivas entre 2011 e 2014 para permitir que a indústria local tenha condições de expandir sua capacidade de **produção**.

Entre os componentes que terão algum nível de nacionalização estão telas sensíveis ao toque, placas-mãe, placas de comunicação sem fio e de acesso à rede de telefonia celular, carregadores de bateria e memórias. O uso de baterias e de gabinetes fabricados no **Brasil** ficaram de

fora das exigências do **PPB**. Telas de cristal líquido, plasma, ou outra tecnologia e os dispositivos que as tornam sensíveis ao toque também poderão ser **importadas**.

Neste caso, no entanto, o governo fixou um limite para o uso de componentes não fabricados no Brasil: até 31 de dezembro de 2013. A partir daí, pelo menos 50% dos conjuntos de telas e sensores de toque terão que ser feitos no país. As regras para essa **produção** serão objeto de um novo **PPB** a ser publicado pelo governo.

De acordo com o **PPB** publicado ontem, o primeiro item a contar com algum nível de fabricação nacional é a placa-mãe dos tablets. Para desfrutar dos incentivos fiscais, as companhias terão que usar 50% de placas montadas no país já neste ano. O volume crescerá para 80% em 2012 e para 95% de 2014 em diante. Assim como ocorre nos computadores, não será necessário que os componentes sejam fabricados no Brasil. As peças poderão ser **importadas** e posteriormente integradas em linhas de **produção** locais.

Para Etienne Guerra, diretor executivo da MXT, o cronograma gradual de nacionalização precisará aliar qualidade e preços competitivos. "No fim das contas, se um desses aspectos se perder, não valerá a pena se enquadrar no **PPB**", diz.

A expectativa do governo é que a fabricação de tablets com **PPB** deixe os equipamentos 36% mais baratos. Na avaliação de Luciano Crippa, analista da consultoria IDC, a queda não será tão grande. Para ele, o percentual pode não chegar a 20%. "A conta do governo não leva em consideração custos de **produção** locais que não fazem parte da composição de preço de um produto que é **importado**", diz o analista. Com o tempo, no entanto, a competição fará com que os preços caiam de forma mais acentuada, avalia Crippa.

No começo do ano, a IDC projetava vendas de 300 mil tablets no **Brasil** em 2011. Agora, a consultoria trabalha com um número de 400 mil, com perspectiva de alta. Para 2012 a estimativa é de 1 milhão de unidades.



	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA
	TÍTULO <b>SAEM NORMAS PARA PRODUZIR TABLETS COM INCENTIVOS</b>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O governo vai aumentar a exigência de conteúdo nacional para **produção**, com incentivos no país, de telefones celulares, computadores e televisores, informou o ministro de Ciência e Tecnologia, Aloysio Mercadante, ao comentar a publicação, ontem, no "Diário Oficial", das normas do Processo Produtivo Básico para **produção** de tablets no país. "Queremos expandir para telefones, televisores, laptops, notebooks porque é isso que vai criar escala para trazer ao **Brasil** a indústria de componentes", argumentou o ministro.

"Somos um país que é terceiro do mundo em computadores e em expansão em outros produtos; não podemos continuar assistindo passivamente um déficit de US\$ 18,9 bilhões na área de tecnologia de informação e comunicação", disse. O ministro informou que, como no caso do **PPB** dos tablets, que começam em breve a ser montados no país pelo fabricante de iPads da Apple, haverá consultas públicas aos setores interessados. "Como no caso dos tablets, em que tivemos de construir todo um entendimento sobre o ritmo de nacionalização, também estamos trabalhando, vão sair medidas", adiantou.

Mercadante reuniu os funcionários do **Ministério** da Ciência e Tecnologia para explicar o modelo de gestão que pretende adotar, com cobrança de resultados e divulgação das atividades e processos da pasta. Ele reconheceu que o número de funcionários é insuficiente para processar os pedidos do setor privado, e informou que negocia no governo a ampliação. "A Secretaria de Política de Informática tem R\$ 3 bilhões em incentivos e só 13 funcionários, imaginem a sobrecarga", afirmou.

O ministro anunciou que decidiu rever todo o sistema de convênios do **Ministério** no setor de "inclusão social" para concentrar os contratos "só nos entes públicos", como prefeituras e universidades. "Não temos estrutura para acompanhar se as tarefas estão sendo feitas como esperado", reconheceu.

Mercadante anunciou que espera aproveitar o programa de inclusão digital como "trunfo" para atrair a **produção** de empresas estrangeiras de tecnologia. O grande

percentual de componentes **importados** nos produtos mais sofisticados, como computadores, reduz a qualidade do superávit no **comércio** exterior brasileiro e cria problemas para o país, disse. "Estamos mandando para fora do país parte dos empregos qualificados, salários e inovação que seriam gerados aqui."

O ceticismo no setor privado sobre a possibilidade de trazer a **produção** de tablets ao Brasil, segundo o ministro, partiu de empresas produtoras de notebooks "que queriam apenas depreciar o investimento que já fizeram nesses aparelhos". O **Brasil** produz 61 milhões de celulares e vende 12 milhões de televisores e é o terceiro maior vendedor de computadores no mundo, mas com valor agregado no país muito baixo, reclamou o ministro. "Só 20 países produzem semicondutores; temos de entrar nesse clube."

Para Mercadante, o início de **produção** do petróleo encontrado nas camadas pré-sal da costa brasileira pode ser "uma maldição", viciando o país em **exportações** de um produto não-renovável de baixo valor agregado, como na Venezuela. Para evitar a "doença holandesa", o governo atuará intensamente no Congresso, tentando mudar as propostas de distribuição de royalties do petróleo.

A proposta em discussão afetará os percentuais hoje destinados a pesquisa e **desenvolvimento**, e retirará R\$ 12,2 bilhões de recursos do setor de ciência e tecnologia, avisou o ministro. "Se mantida a posição no

Congresso, os royalties vão ser pulverizados por Estados e municípios", criticou.

"Essa é a batalha das batalhas; a grande fonte de renda do futuro Estado brasileiro são royalties", disse.

"Esse dinheiro tem de ir prioritariamente para formação do futuro: ciência, educação e tecnologia, formação de uma geração mais preparada e culta." O ministro pediu que seus auxiliares defendam uma "mudança de valores. "Meu sonho é que o jovem, em vez sonhar em ser pagodeiro ou jogador (não tenho nada contra), e a menina, em ser dançarina ou modelo, se vejam também como cientistas."

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>ATIVIDADE DA INDÚSTRIA RECUA E CONFIRMA DESACELERAÇÃO GLOBAL</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A atividade industrial global declina mais rápido do que o projetado e atingiu seu mais baixo nível desde setembro de 2010, confirmando a desaceleração no crescimento da economia mundial.

O Índice de Gerente de Compras (PMI, na sigla em inglês), que mede a atividade de milhares de fábricas em torno do mundo, caiu nos EUA, China e Europa. A atividade declinou também na Índia, Coreia do Sul,

Taiwan e Austrália

"A desaceleração no crescimento econômico é quase global", afirmou Chris Williamson, economista-chefe da consultoria britânica Markit, que elabora o PMI. A expectativa é de que o barril do petróleo, que chegou a US\$ 125 no fim de abril, custe menos de US\$ 90 até o final do ano, na medida em que a demanda global diminui. Menor custo de energia deve por sua vez reduzir os preços de alimentos e metais industriais.

Os dados divulgados ontem mostram que a ruptura do fornecimento de peças pelo Japão para a indústria automotiva e o setor eletrônico afetou a **produção** global mais do que se previa, ampliando a anemia do crescimento nos países desenvolvidos. Outro elemento forte na queda dos PMIs é que os altos preços das commodities atingiram o consumo. A correção nas cotações das matérias-primas no começo de maio dá um alívio, pelo menos no curto prazo.

Para o Instituto Internacional de Finanças (IIF), que representa os maiores bancos do mundo, a desaceleração global será curta. Argumenta que a recuperação de EUA, Europa e Japão é mais arraigada agora do que quando a atividade global diminuiu em meados de 2010. Mas outros analistas esperam mais desaceleração global, sobretudo quando políticas de estímulo estão sendo retiradas e até os EUA estão indo na direção de aperto fiscal, e o cenário dos desenvolvidos afetará o resto do mundo.

"O crescimento pode continuar razoavelmente robusto nas economias emergentes, mas isso não pode ser compensado pela recuperação vacilante nas economias avançadas", estima Andrew Kenning, da consultoria Capital Economics.

O Índice de Gerente de Compras do JP Morgan - Markit caiu de 55.0 para 52.9 em maio, a terceira queda sucessiva e a maior desde o pior da crise financeira global em 2008, e segue o que já aconteceu com o PMI de serviços.

A queda da atividade afeta quase todas as grandes economias. Nos EUA, o esfriamento da **produção** industrial é atribuído à crise na **produção** automotiva por causa da interrupção da cadeia de fornecimento pelo Japão. Em geral, as indústrias continuam sofrendo fortes pressões de custos.

Outro relatório divulgado ontem mostrou que a criação de emprego no setor privado nos EUA caiu em maio, elevando temores de que a recuperação é de fato mais fraca do que esperada. O relatório diz que "a desaceleração no emprego, embora decepcionante, não foi uma surpresa total".

Indicadores de construção e consumo têm sido fracos desde o começo do ano. Nos últimos 18 meses, o excesso de casas não ocupadas nos EUA caiu em todo caso para 1,8 milhão de unidades.

Na zona do euro, o PMI também caiu fortemente em maio, confirmando que a recuperação europeia está perdendo fôlego, em meio a uma demanda doméstica desapontadora. Indicadores sugerem que a Alemanha e França estão desacelerando mais, depois de forte crescimento no começo do ano. A atividade industrial no Reino Unido cresceu no seu menor ritmo em quase dois anos. Embora o crescimento alemão continue forte, para os padrões europeus, não é suficiente para ajudar as economias da periferia próximas ou na recessão.

Entre as economias desenvolvidas, a única exceção foi o Japão, com recuperação na **produção** manufatureira em maio - no entanto, o resultado deveu-se à grande queda em abril provocada pelo terremoto e tsunami; analistas, inclusive, esperavam uma recuperação maior. A expectativa é de que as companhias japonesas vão acelerar a **produção** em junho.

A desaceleração nas economias avançadas está afetando o resto do mundo, mas a desaceleração nos emergentes é muito mais moderada. O índice PMI para a China mostra queda marginal, confirmando em todo caso que

a segunda maior economia do mundo e principal parceiro comercial do **Brasil** desliza para uma "aterrissagem suave".

A expansão dos lucros de indústrias chinesas também caiu para 29,7% nos primeiros quatro meses do ano, comparada a ganho de 32% no três primeiros meses, na medida em que o governo elevou os juros e reduziu os empréstimos para combater a inflação e limitar riscos de bolhas de ativos.


Outros dados mostram que o crescimento econômico da Índia foi de 7,8%, abaixo dos 8,1% esperados pelo **mercado**. A atividade no setor de serviços continuou robusta, mas a **produção** de bens de capital diminuiu depois de forte aceleração no ano passado.

A Austrália também registrou contração, no maior ritmo desde a recessão de 1991, devido ao impacto de enchentes

no país. Mas a expectativa é de que o crescimento será retomado nos próximos trimestres. Na

Coreia do Sul, a **produção** industrial diminuiu e as **exportações** caíram em maio. No México, o desemprego foi de 5,1% em maio, contra 4,6% em março.

A expectativa é de que a recente "moderação" nos preços de petróleo e de outras commodities dê espaço para os países desenvolvidos voltarem a se recuperar no segundo semestre. O preço do barril de petróleo poderia ficar abaixo de US\$ 90 até o fim do ano, nas projeções da consultoria Capital Economics, no rastro de menor demanda, menor prêmio de risco por causa da situação no Oriente Médio e recuperação do **dólar**.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Mais conteúdo nacional para os eletrônicos</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

## **Governo exigirá que fabricantes de celulares, TVs e computadores portáteis produzam mais componentes no Brasil**

**Eliane Oliveira**

BRASÍLIA. O ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, afirmou ontem que o governo vai aumentar a exigência de conteúdo local, ou seja, a parcela do produto formada exclusivamente por insumos e peças nacionais, de fabricantes de celulares, televisores e computadores portáteis. O objetivo é forçar as indústrias a aumentarem a **produção** doméstica e substituírem as **importações**.

Segundo Mercadante, o país não pode mais assistir passivamente a um déficit comercial de US\$18,9 bilhões em ciência e tecnologia da informação. Ele enfatizou que o **Brasil** nunca esteve tão forte como agora para impor esse tipo de condição a indústrias que queiram se beneficiar de incentivos fiscais:

- Vamos usar o poder de compra para darmos um salto histórico na cadeia produtiva.

Segundo o ministro, além de ser um dos principais **mercados** de televisores, computadores e celulares, o **Brasil** se prepara para um gigantesco processo de inclusão digital. Somente nas escolas públicas, 69 milhões de estudantes serão contemplados.

- Não podemos nos contentar em sermos simplesmente um montador de telefone celular. Queremos produzir os componentes aqui e avançar na **produção** de semicondutores e telas LCD - disse.

O governo já começou a usar esse caminho com os tablets. Foi publicada ontem, no Diário Oficial, a portaria que regulamenta o Processo Produtivo Básico (**PPB**) para a fabricação desses equipamentos no país, estabelecendo graus de nacionalização do produto ao longo dos anos.

De forma geral, os componentes precisam ter 20% de componentes nacionais, índice que deve chegar a 80% em 2014. A placa-mãe é a única peça dos tablets que deve ter 50% de nacionalização já este ano, passando para 95% em 2013.

### **Especialistas manifestam apoio à iniciativa**

A ideia de ampliar os índices de conteúdo local, que deve sair do papel ainda este ano, foi elogiada pelo economista-chefe do Instituto de Estudos para o **Desenvolvimento** Industrial (Iedi), Rogério César de Souza.

- Os investimentos que vêm ao **Brasil** são sempre bem-vindos, mas é interessante fazer com que as empresas nacionais possam se associar de alguma forma, ou ainda que haja algum tipo de transferência de tecnologia - afirmou.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica (Abinee), Humberto Barbato, também considerou positiva a ideia, mas recomendou cuidado com o risco de elevação de custos industriais na hora de exigir de empresas o uso de componentes nacionais. Ele lembrou que televisores são produzidos na **Zona Franca** de **Manaus** sem qualquer exigência de índice de conteúdo local.

Mais cedo, em uma conversa com funcionários de sua pasta, Mercadante disse que um dos grandes desafios do governo é reverter déficits comerciais não apenas em tecnologia da informação, mas também nas áreas de químicos, fármacos e bens de capital, que registraram, cada um, saldos negativos superiores a US\$12 bilhões em 2010.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Solo da <u>Amazônia</u> retém gás-estufa</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

## Sob a superfície, região guarda mais CO2 do que a floresta, diz IBGE

**Cesar Baima**

A Floresta Amazônica desempenha papel fundamental na retirada de dióxido de carbono (CO2, o principal gás do efeito estufa) da atmosfera, alimentando as plantas. O que poucos sabem, porém, é que o solo da região estoca mais carbono que todas as árvores da própria floresta. Os dados fazem parte do levantamento "Geoestatísticas de Recursos Naturais da Amazônia Legal", lançado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com a publicação, as plantas da Amazônia acumulam 45 bilhões de toneladas de carbono. Já o solo embaixo da exuberante floresta até a profundidade de um metro tem um estoque de cerca de 48 bilhões de toneladas do elemento, proveniente principalmente dos detritos dos próprios vegetais. Caso fosse liberado, esse carbono poderia comprometer seriamente as metas de redução das emissões que têm como objetivo conter o aquecimento global.

Como no Brasil estima-se que 75% das emissões de CO2 sejam oriundas de mudanças no uso da terra - por erosão e decomposição da matéria orgânica dos solos, por derrubada de florestas e outras formas de vegetação natural para o uso agropecuário - esses estoques são fundamentais para o balanço da liberação de gases de efeito estufa na atmosfera

Recente relatório da Agência Internacional de Energia estima que as emissões globais de CO2 atingiram o recorde de 30,6 bilhões de toneladas no ano passado. Isso equivale a pouco mais de 8 bilhões de toneladas de carbono livre, de forma que o solo da Amazônia guarda o equivalente a quase seis anos de todas as emissões do planeta.

- A gente só pode proteger e valorar aquilo que conhece - diz Rosangela Garrido, técnica do IBGE responsável pelo capítulo sobre solo do levantamento. - A perda com o desmatamento vai muito além da floresta que estava ali.

Segundo Rosangela, porém, o mais surpreendente foi verificar que os solos mais ricos em carbono não são os sob as áreas mais densas da floresta, mas sim embaixo dos manguezais na borda nordeste da Amazônia Legal, nos litorais do Pará e Maranhão, e nas regiões de campinarana na borda noroeste do Amazonas e no centro-sul de Roraima.

- A gente sempre imagina que o maior estoque de carbono no solo vai acompanhar o maior estoque de carbono na vegetação, e isso não ocorreu - conta a pesquisadora. - Os maiores estoques que encontramos não foi sob aquela floresta maravilhosa, superverde, de folhas enormes que tanto caracteriza a Amazônia. Isso desmistifica essa relação direta entre vegetação e carbono no solo e agrega dois fatores, que são o declive do relevo e a presença de água, que favorecem o acúmulo deste material.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Exigências para os tablets</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Exigências para os tablets

#### Gustavo Henrique Braga

Após incluir a **produção** de tablets na Lei do Bem, o governo publicou uma portaria conjunta dos **Ministérios** da Ciência e Tecnologia e do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, que regulamenta o Processo Produtivo Básico (**PPB**) para esse tipo de equipamento. As novas regras definem qual o percentual de cada componente do tablet que pode ser **importado** e quanto deve ser produzido no Brasil. Ficou decidido que, a cada ano, vão aumentar os percentuais de peças produzidas em território nacional.

No caso da fabricação de placas de circuito impresso montadas com componentes elétricos ou eletrônicos, por exemplo, o índice de nacionalização aumenta com o passar dos anos. Para 2011, a exigência será de 50%. Em 2012, de 80%. A partir de 2013, no mínimo, 95% da fabricação dos dispositivos terão que ser fabricados no Brasil. Além disso, no próximo ano, 50% dos carregadores de baterias ou conversores, 20% dos componentes, partes e peças com a função de memória terão que ser de fabricação nacional. Os índices de nacionalização aumentam em 2014, chegando a 80% no caso de carregadores.

#### Contrapartidas

Virgílio de Almeida, secretário de Política de Informática do **Ministério** da Ciência e Tecnologia (MCT), disse que essas exigências vão estimular a geração de

empregos no setor. “Toda a cadeia produtiva no país para fabricar tablets será beneficiada”, argumentou. Mais reduções podem ser obtidas com a isenção do Imposto sobre a Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)**, que precisa ser negociada com cada estado. Até o momento, 13 fabricantes pediram ao governo a isenção e se comprometeram a seguir o **PPB**.

O programa é uma das contrapartidas exigidas das empresas instaladas na **Zona Franca** de **Manaus**, beneficiadas com a redução tributária, e representa o conjunto mínimo de etapas que caracterizam a industrialização local. Aos produtos fabricados na região são concedidas a redução do Imposto de **Importação** dos insumos e a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O **PPB** é também exigido das empresas que produzem bens de informática e automação com os incentivos fiscais da Lei de Informática. No caso dos tablets, o **PPB** torna-se contrapartida às empresas para a redução a zero do PIS/Cofins, concedida pela Medida Provisória nº 534/2011.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE		EDITORIA
	TÍTULO <b>Nas entrelinhas :: Alon Feuerwerker</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

### Amazônico

A intenção/decisão do governo de estimular a fabricação interna de tablets foi interpretada pelos parlamentares da bancada do **Amazonas** como a porta

aberta para reduzir as vantagens competitivas da **Zona Franca de Manaus**.

Seria o prenúncio de uma batalha política de dimensões igualmente amazônicas.

	VEÍCULO PORTAL BRASIL		EDITORIA
	TÍTULO <b>Programa em biotecnologia na <u>Amazônia</u> seleciona pesquisadores até esta terça</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Termina nesta quarta-feira (1º) o prazo de seleção da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do **Amazonas** (Fapeam) que busca propostas de interessados em participar da 2ª fase do Programa para **Desenvolvimento** de Produtos e Processos, no **Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)**.

Nesta 2ª fase será investido um total de R\$ 4 milhões em bolsas, sendo R\$ 3,95 milhões financiados pela Fapeam, em parceria com a **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)**. O edital é financiado pela **Suframa** e Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Sect-AM).


O edital contempla proposta em nove temas, com atividades diversificadas de pesquisas, abrangendo profissionais das áreas de Ciência da Informação,

Biotecnologia, Engenharia, Farmacologia Geral, Toxicologia de Medicamentos e Etnofarmacologia, Microbiologia, Biologia, Ciências Contábeis, Farmácia, Agronomia, Química e outras.

A documentação para inscrição deve ser entregue no protocolo da sede da fundação, no horário das 9h às 13h, de segunda a sexta-feira em envelope lacrado, de acordo com especificações do edital.

As propostas submetidas pelos profissionais vão ser selecionadas em uma única chamada, de acordo com os objetivos e perfis de cada participante. O resultado com o nome das propostas selecionadas será divulgado no dia 8 de junho, e a 2ª fase do programa começa ainda em julho deste ano.



	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Compromisso assinado em defesa da <u>Zona Franca de Manaus</u></b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Presidente Dilma Rousseff pediu ao governador do **Amazonas** para conversar com o ministro de Ciência e Tecnologia sobre a MP dos Tablets e encaminhou Omar com um bilhete em que diz que não quer 'que haja perda para o **Amazonas**'

#### ANTÔNIO PAULO

Bilhete escrito de próprio punho pela presidente Dilma Rousseff confirma a posição do **Governo Federal** em encontrar soluções técnicas na MP 534, dos tablets (Divulgação/Alex Pazuello)

Um bilhete escrito de próprio punho pela presidente Dilma Rousseff confirma a posição do **Governo Federal** em encontrar soluções técnicas na MP 534, dos tablets (minicomputadores em forma de prancheta), que assegurem a competitividade da **Zona Franca de Manaus (ZFM)**.

Endereçado ao ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, a presidente da República encaminha o governador Omar Aziz para uma conversa sobre a medida provisória e diz: "Não queremos que haja qualquer perda para o **Amazonas**".

A reunião de Omar Aziz com Mercadante, acompanhado da bancada parlamentar no Congresso Nacional, aconteceu na tarde desta quarta-feira (01) no MCT.

O governador, deputados e senadores, a **Superintendente da Suframa, Flávia Grosso** e técnicos do Estado também se reuniram com o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic)** para tratar dos efeitos e danos da MP 534.

"A posição dos ministros é a mesma da presidente Dilma: – preservar a **Zona Franca de Manaus**. É uma determinação política de manter essa competitividade na

**produção** de bens e informática e outros setores. Isso é um ganho. Para quem não ia ter absolutamente nada, vamos ter competitividade para produzir tablet no **Amazonas**", declarou Omar Aziz.

#### Avanços concretos

Fora as promessas e discursos de comprometimento por parte do **Governo Federal**, o que se quer saber são quais os avanços concretos saídos dessa articulação desde a edição da MP 534.

Segundo informações do coordenador da bancada do **Amazonas** e futuro relator da MP dos Tablets, senador Eduardo Braga (PMDB), poderá ser aumentada a isenção do imposto de renda para bens de informática; aumento do fator multiplicador da equação entre os componentes, mão de obra e componentes nacionais, que poderá chegar a 60%.

"Com isso, vamos recompor nossas vantagens comparativas para competir com a lei de informática em nível nacional", explica Braga.

Existem ainda algumas medidas com relação ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos componentes **importados** e ainda a divisão clara do que é tablet e o que é televisor.

Além do tamanho do equipamento já previsto na MP (140cm<sup>2</sup>) será acrescido o limite de até 600cm<sup>2</sup> e não pode ter controle remoto. Ocorre aí a separação definitiva entre tablet e televisão.

"O ministro reconheceu que houve erro na MP ao não especificar o tamanho do tablet e isso será corrigido", comentou o senador João Pedro (PT), um dos que apresentou emenda fixando limites no tamanho dos computadores portáteis.